



## UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

UÁQUIRI - PPGGEO, v. 1, n. 1, p. 105-117, ano 2019

Home page: <https://periodicos.ufac.br/revista/index.php/Uaquiri>



ISSN impresso: 1806-0218, ISSN online: XXXX - XXX

# ENSINO DE GEOGRAFIA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA PROPOSTA PARA O DEBATE DOS TEMAS MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E ESCALA GEOGRÁFICA

José Alves<sup>1,2\*</sup>

<sup>1</sup>Professor da Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil;

<sup>2</sup>Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil. \*bairral@hotmail.com

Publicado em 2007, v.1, n.9, p. 68-83. Republicado em dezembro de 2019

DOI:

## RESUMO

O trabalho aborda sobre a importância do debate no ensino de geografia da questão da mundialização do capital e do reordenamento territorial a partir de uma proposta metodológica que busque uma articulação desses temas no entendimento da produção do espaço geográfico. Como estes não podem ser desconsiderados da formação básica de professores, privilegamos durante nossas experiências na Disciplina Estudos Regionais III, do Curso de Geografia (Licenciatura) da Universidade Federal do Acre, discussões teóricas com os acadêmicos a este respeito, tais como: regionalização do espaço mundial, escala geográfica, internacionalização do capital, reestruturação produtiva e seus reflexos socioambientais. Após a fundamentação teórico-metodológica inicial propõe-se como atividade aos educandos/educadores a elaboração de seminários temáticos sobre “a nova (des) ordem mundial”, com os quais buscam-se focar o novo imperialismo americano, o Japão na nova ordem mundial, a globalização e o reordenamento territorial na Europa, bem como a China no contexto da globalização, sempre articulando o local, o regional, o nacional e o global.

**Palavras-chave:** Ensino de Geografia, formação de professores, mundialização do capital, escala geográfica.

## *GEOGRAPHY TEACHING AND TEACHER TRAINING: A PROPOSAL TO DEBATE THE WORLD CAPITAL AND GEOGRAPHICAL SCALE THEMES*

## ABSTRACT

The paper discusses the importance of the debate in the teaching of geography of the issue of capital globalization and territorial reordering based on a methodological proposal that seeks an articulation of these themes in the understanding of the production of geographic space. As these cannot be disregarded from the basic formation of teachers, we privileged during our experiences in the Regional Studies Discipline III, of the Geography Course (Undergraduate) of the Federal University of Acre, theoretical discussions with the academics in this regard, such as: regionalization of space geographic scale, internationalization of capital, productive restructuring and its social and environmental reflexes. After the initial theoretical-methodological foundation it is proposed as activity to the students to elaborate thematic seminars on “the new (dis) world order”, with which we seek to focus the new American

imperialism, Japan in the new world order. , globalization and territorial reorganization in Europe, as well as China in the context of globalization, always articulating the local, regional, national and global.  
**Keywords:** Geography teaching, teacher training, capital globalization, geographic scale.

## **ENSEIGNEMENT DE GÉOGRAPHIE ET FORMATION D'ENSEIGNANTS: UNE PROPOSITION POUR LE DÉBAT DES THÈMES MONDIALISATION DU CAPITAL ET ÉCHELLE GÉOGRAPHIQUE**

### **RÉSUMÉ**

Le travail aborde sur l'importance du débat dans l'enseignement de géographie de la question de la mondialisation du capital et du réordonnance territorial à travers d'une proposition méthodologique qui cherche une articulation ces thèmes dans l'accord de la production de l'espace géographique. Comme ces ne peuvent pas être déconsidérés de la formation basique d'enseignants, nous privilégions pendant nos expériences dans Discipline de Études Régionales III, du Cours de Géographie (Licence) de l'Université Fédéral d'Acre, discussions théoriques avec les académiques à cet égard, tels comme: régionalisation de l'espace mondial, échelle géographique, internationalisation de capital, réorganisation productive et ses réflexes socio- environnementaux. Après le fondement théorique-méthodologique initial se propose avec l'activité aux académiques/éducateurs l'élaboration de séminaires thématiques sur la "nouvelle (dés)ordre mondial", avec ils lesquels se cherchent focaliser le nouvel impérialisme américain, le Japon dans la nouvelle ordre mondial, la globalisation et la réordonnance territorial en Europe, ainsi comme la Chine dans le contexte de la globalisation, toujours en articulant le lieu, le régional, le national et le global.

**Mots-Clé:** enseignement de géographie, formation d'enseignants, mondialisation du capital, échelle géographique.

### **1. PALAVRAS INICIAIS**

O trabalho versa sobre a importância do debate, no ensino da Geografia, da questão da mundialização do capital e do reordenamento territorial a partir de uma proposta metodológica que busque uma relação desses temas via articulação escalar entre o local, o regional, o nacional e o global.

Como estes não podem ser desconsiderados da formação básica de professores, privilegiamos durante nossas experiências no trabalho com a Disciplina Estudos Regionais III, do Curso de Geografia (Licenciatura) da Universidade Federal do Acre, discussões teóricas com os acadêmicos a este respeito para o entendimento crítico da regionalização do espaço mundial, tais como: a escala geográfica, a internacionalização e a mundialização do capital, a reestruturação produtiva e seus reflexos no espaço geográfico.

Tomando como base uma fundamentação teórico-metodológica inicial, propõe-se aos educandos, futuros educadores, a elaboração de atividades didáticas (seminários temáticos) com a produção de textos e apresentação/debates em sala sobre a nova desordem mundial, buscando enfocar dentre os tema: o novo imperialismo americano, o Japão na nova ordem

mundial, a globalização econômica, o reordenamento territorial na Europa e a China no contexto da globalização, articulando tais espaços nacionais e regionais ao global, bem como o Brasil aos mesmos.

Para podermos refletir sobre o tema em questão, estruturamos este texto em três momentos.

Primeiramente enfocaremos o porquê dos conceitos, ou seja, tomamos como pressuposto de que na formação básica, o educando, futuro educador, deve ter uma boa fundamentação teórica, pois é a partir da compreensão de conceitos e temas chave que estes terão mais clareza sobre a importância da Geografia no momento presente.

Posteriormente, relataremos uma prática educativa que viemos construindo no trabalho com a disciplina em questão a respeito da atividade didática em sala de aula que tem o aluno como sujeito do seu processo de aprendizagem. O trabalho com os seminários visa possibilitar tal exercício, pois na relação professor-aluno e aluno-professor o conhecimento é construído e não transferido do primeiro para o segundo. Para isto há a apresentação e debate em sala do tema selecionado pelo grupo, bem como a construção de sua fundamentação teórica estruturada em um texto.

Por fim, elucidamos, nas considerações finais, alguns aspectos do ensino de Geografia que acreditamos para este início de século.

## **2. O PORQUÊ DOS CONCEITOS? A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA**

Pensar o momento presente enquanto possibilidade de reflexão em sala de aula não é uma tarefa fácil, por vários motivos, em especial pelo fato deste cada vez mais parecer fragmentado, desarticulado e confuso. Esse é o quadro do chamado processo de globalização da sociedade atual. Mas, seria esse um processo recente em que as diferentes sociedades passariam a ter uma maior inter-relação por meio dos mais variados fluxos, possibilitados pelas diversas redes? Como trabalhar com o tema em questão na formação básica do professor de Geografia?

Visando entender tais questionamentos que a reflexão teórica surge como necessidade e com ela vem a importância dos conceitos geográficos, dentre os quais o de região e o de escala geográfica. O desafio passa então a ser o entendimento da problemática regional neste início de século XXI, para o qual, devemos nos respaldar em um conceito que permita compreender a

sociedade “mundializada” em suas diferentes articulações escalares e, conseqüentemente, como os chamados fatores globais atuam no espaço geográfico de forma desigual, mas combinado.

Oliveira (1999) demonstra em “Estado, ideologia e poder”, que o mundo atual não pode ser compreendido sem o contraponto histórico do surgimento, expansão e crise do socialismo, sem a guerra fria e a geopolítica da bipolaridade e sem as profundas transformações que o capitalismo realizou. Assim, o estudo de uma “geografia do capitalismo contemporâneo” deve passar pelo entendimento do seu processo de mundialização.

Os termos globalização, mundialização, nova ordem ou desordem mundial são temas e conceitos que na formação básica devem ser elucidados. Para Sposito (2004), os termos mundialização e globalização devem ser confrontados. A respeito afirma:

Entendemos por *mundialização* aquilo que se refere basicamente à tendência de expansão das relações capitalistas de produção e sua capacidade de tentar impô-las em todos os lugares do mundo; por sua vez, *globalização* refere-se à tendência na homogeneização de usos e costumes, com a predominância de meios de comunicação que podem inibir qualquer reação ou crítica individualizada, distante da padronização imposta. (SPOSITO, 2004, p. 135).  
(Grifo do autor)

Para Chesnais (1996, apud OLIVEIRA, 1999, p. 76-77), os adjetivos global e globalização, surgem no começo dos anos de 1980 nas grandes escolas de administração de empresas, e dentre outros aspectos, faz apologia a um mundo sem fronteiras e as grandes empresas como sem nacionalidades. Tais termos não são neutros, pois invadiram o discurso político e econômico cotidiano, justamente por serem termos cheios de conotações (para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos.

Oliveira (1999) prefere o emprego do termo mundialização e para tanto também apresenta algumas distinções, como:

A mundialização é mais do que a pura e simples internacionalização ou multinacionalização. Como se sabe, a internacionalização é decorrente de um processo de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimento técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A multinacionalização por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão por diferentes países com a

abertura de filiais, aquisições, fusões, e associações. (OLIVEIRA, 1999, p. 86)

Diante do exposto, como falamos em processo de mundialização do capitalismo como uma tendência de expansão e intensificação das relações capitalistas de produção em todos os lugares do mundo, isso significa que não é algo recente, embora tenha se intensificado partir de meados do século XX.

Não sendo algo recente, deve-se buscar entender as diferentes fases que levou ao seu processo de estruturação. Segundo Robertson (1994, apud HAESBAERT, 2001, p. 18-19), cinco fases se destacam.

Em sua fase embrionária, que vai do século XV a meados do século XVIII, há o crescimento das comunidades nacionais, o avanço das explorações geográficas e das conquistas territoriais constituindo em um significativo processo de acumulação primitiva. Em um outro momento temos a constituição da primeira fase do capitalismo industrial, via a primeira revolução industrial, que tem a Inglaterra como centro do sistema e construtora de uma divisão social e territorial do trabalho. Em um terceiro momento podemos falar de uma segunda fase do capitalismo industrial, no século XIX (que vai mais ou menos de 1870 ao primeiro conflito mundial), na qual a economia mundial está ligada a uma aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção e uma intensificação do comércio internacional. Neste momento, os países que passaram à linha demarcatória do “clube dos desenvolvidos” (FURTADO, 1996), devem-se em parte ao fato dos mesmos tendo fortalecido seus sistemas econômicos nacionais, também visarem orientar suas ações para o “sistema internacional”. Outro momento importante vai do período da década de 1920 até a primeira metade da década de 1960, no qual se destaca o desenvolvimento da grande empresa nacional e internacional por meio dos monopólios e oligopólios, além do segundo conflito mundial e da criação das Nações Unidas. Segundo Furtado (1996, p. 25), a partir da segunda metade da década de 1960 há a formação de um importante mercado internacional de capitais que constitui o coroamento do processo das grandes empresas, já atuando mais fortemente no mercado internacional, passam a se instalarem nos países “periféricos”, já que tais empresas liberam-se de muitas das limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Sobre tais aspectos ver: Haesbaert (2001) e Furtado (1996).

De acordo com Haesbaert (2001), a globalização (mundialização) só começou a tomar vulto a partir dos anos de 1960, sendo a década de 1970 decisiva, pois com o capital financeiro, altamente especulativo, cada vez mais autônomo em relação ao setor produtivo da economia em relação às lógicas de reprodução das formações nacionais, consolida-se um capitalismo mundial. Em tal contexto, as empresas multinacionais, integrando capital financeiro e industrial, tomam dimensões que são capazes de influenciar decisivamente a ação do Estado-nação.

Assim, é com a crise sobre os países socialistas no final da década de 1980 que a principal característica do mundo, no final do século XX, passou a ser a mundialização do capitalismo. E para melhor entendermos quais são alguns dos princípios a ela concernentes, apresentaremos, com base em Sposito (2004), algumas de suas características:

- a) A financeirização representa a incorporação de valor à mercadoria sem que necessariamente isso passe pelo circuito produtivo. “O movimento do capital produtor de valor e de mais-valia internacionalizou-se e ‘deslocou-se’ cada vez mais, assim como a esfera dos mercados financeiros, onde se move o capital monetário.” (CHESNAIS, 1997, p. 12);
- b) Tendência à homogeneização, vista como a ampliação territorial dos costumes, tentando superar os costumes locais e incorporando vantagens regionais. Pensar sobre este ponto é importante, pois “[...] a mundialização não é sinônimo de homogeneização, nem dos grupos sociais, nem dos Estados-nações, nem do espaço geográfico mundial”. (VLACH, 2005, p. 33);
- c) Seletividade de pontos no território mais especializados, qualificados e a exclusão de locais menos competitivos;
- d) A importância tecnológica e da ciência enquanto forças produtivas, tornando-as agentes de acumulação ao capital;
- e) A questão da competitividade: o Estado-nação não é mais o agente principal na economia e na sociedade, pois com a mundialização há a consolidação dos oligopólios internacionais que deram origem à formação das empresas multinacionais. Oliveira (1999, p. 88) afirma que a mundialização do capital colocou as empresas multinacionais (monopólios que em geral atuam oligopolizados) no centro da produção material da existência humana. “Esse processo criou a empresa mundial. Uma empresa que tem na busca do lucro o elo

de unidade empresarial e na diversidade produtiva de bens e serviços a sua distribuição territorial em múltiplas localidades do mundo [por isso seu caráter ‘multiterritorial e transterritorial]’.

Outro aspecto necessário para uma caracterização do processo de mundialização refere-se ao fato de que o desemprego se tornou estrutural, não visto como uma crise conjuntural do sistema. Com o modelo neoliberal de políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram desde Thatcher (1979) e Reagan (1980), o capital volta a ganhar a liberdade que precisava para se deslocar à vontade no plano internacional. Esse processo é importante, pois como afirma Chesnais (1997), além do domínio da moeda e das finanças, tais políticas em países capitalistas também foram levadas a fundo no plano do emprego e das condições contratuais do trabalho.

O capital mundializado passa a

[...] impor à classe operária dos países capitalistas avançados as condições de exploração que nunca deixaram de existir na maioria dos países sob a dominação imperialista. (CHESNAIS, 1997, p. 15).

[...] a expressão ‘globalização da economia’, é constantemente utilizada por jornalistas e políticos para designar a fonte de todos os problemas e justificar, em nome das inexoráveis coerções externas, a necessidade de os assalariados e a juventude ‘se adaptarem’ às exigências do capital e aceitarem todas as políticas governamentais retrógradas e destruidoras das relações sociais e da própria existência humana. (CHESNAIS, 1997, p. 17).

Isso demonstra sérias mudanças no papel social do Estado, tornando-o inclinado fundamentalmente, para as determinações do capital.

Portanto diferentemente da **forma keynesiana e social-democrata** que, desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o **Estado como agente econômico para a regulação do mercado e para investimento nas políticas sociais**, agora, o **capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais [...]**. (OLIVEIRA, 1999, p. 81). (Grifo do autor).

Para Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006), o atual processo de “globalização econômica” é um jogo de poder em que interferem como agentes centrais a grande empresa

transnacional, instituições supranacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, mas também ainda está presente o papel do Estado. Deste modo, é fundamental reconhecer a permanência dos Estados-nações, não só pelo seu poder político-militar, mas também por sua função de estabelecer regras para a entrada de capitais (com taxa de câmbio e juros), de produtos (definindo alianças em blocos econômicos preferenciais) e, especialmente, para a força de trabalho.

A importância do Estado na economia mundanizada não deve ser negada pela mudança no rumo de sua política em relação ao mercado, ao planejamento territorial e regional, e em âmbito social, pois a redução ou ausência de políticas nestes aspectos deve ser vista como um ato político. Além do mais, o Estado ainda é considerado um elemento chave no conflito entre capital-trabalho, e vice-versa, já que cabe ao mesmo manter o “equilíbrio” ao bom funcionamento do sistema e a regularidade da propriedade privada.

Visto por outro prisma, também cabe ao Estado o papel central no próprio ordenamento do território, pois embora constatamos sua retirada, no caso brasileiro, do planejamento regional, este tem um papel central na distribuição de investimentos e políticas públicas em escala nacional, regional e local, fato extremamente necessário para balancear o sentido concentrador do capital em determinados setores e porções do território.

Segundo Vlach (2005, p. 32), com exceção do setor financeiro, próximo de se tornar um mercado efetivamente mundanizado, a ideia de mercado mundial é um mito, e a força desse mito está em sua tentativa de eliminar o Estado-nação da arena política e da arena econômica, substituindo-o pelo mercado “como se o mercado fosse capaz de resolver todos os problemas em um mundo finalmente homogeneizado por suas únicas leis”. Considerar que com a mundialização há uma crescente interdependência do ponto de vista das finanças e da produção propriamente dita é uma coisa, bem como considerar que nesse contexto o poder do Estado-nação tenha sido bastante arranhado, mas é exagerado afirmar que o mesmo perdeu completamente a razão de ser. Assim nos lembra (VLACH, 2005, p. 32-33 - grifo nosso):

É preciso lembrar que o Estado-nação foi um dos primeiros a promover o desenvolvimento das redes econômicas, de maneira que ele é, há algum tempo, um dos agentes da mundialização. E não se trata de um agente qualquer: trata-se do agente que define as condições de implantação das empresas transnacionais aqui, acolá, ou estabelece os termos de uma concorrência internacional, que propõe uma ‘unificação’ econômica, política e militar de antigos Estados-nações em torno de um projeto de reconquista de hegemonia



mundial (a exemplo da União Europeia), ou da criação de um mercado regional (ou a integração a um mercado já existente). [...]

Por meio de suas lideranças políticas, econômicas, intelectuais, o território de cada Estado-nação continua desempenhando um papel político (e geopolítico) da maior importância: o de realizar a mediação entre o mundial e o local, entre o local e o mundial.

### **3. A PRÁTICA EDUCATIVA**

Pensar em uma formação educativa na sala de aula que permita ao discente fundamentar-se teoricamente, não só na compreensão de alguns elementos conceituais importantes para pensar de forma crítica a realidade atual, mas também que este consiga articular esses conhecimentos de forma didática é uma tarefa a ser buscada, e achamos que a prática dos seminários temáticos pode contribuir com isso.

Como mencionado na introdução do presente texto, uma dificuldade encontrada em sala, mesmo com os alunos do ensino superior é poder articular conceitos, teorias e temas centrais debatidos na Geografia Crítica com a realidade vivida. Se esta meta é difícil quando falamos da escala local, onde os processos singulares fazem parte da vivência deste discente, do seu cotidiano, mais difícil ainda é tentar compreender os processos em escala regional, nacional e global a partir de uma leitura teórico-prática. Deste modo, a escala geográfica é importante já que esta deve ser entendida enquanto possibilidade de compreender um determinado fenômeno a partir de sua relação dialética no espaço geográfico.

Assim, quando propomos apreender um determinado fenômeno a partir da sua espacialidade, não significa apenas localizá-lo no espaço, ou seja, representá-lo cartograficamente. Se o fenômeno no plano filosófico deve ser compreendido a partir da sua relação singular-geral/geral-singular, e que neste jogo surgem às particularidades, no plano espacial tal fenômeno será compreendido a partir das escalas representadas pelo local (ou lugar), o regional, o nacional e o global. (CASTRO, 2001).

Como isso não é uma tarefa fácil na prática educativa da formação de professores os sujeitos envolvidos devem encontrar uma metodologia que permita debater determinado processo podendo articulá-lo a partir de diferentes escalas geográficas, pois assim, as teorias e conceitos vistos nas diversas disciplinas contribuirão para que o discente em formação possa não só compreender a sua realidade relacionada a processos que ocorram na escala regional,

nacional e global, que interfiram na singularidade, mas que ao influenciá-la, possa visualizar suas relações e não homogeneização, já que a mesma também atua em tais processos.

Além disso, torna-se fundamental que para entender os fenômenos em outras escalas, que as relações dialéticas sejam feitas, pois processos ocorridos em escala local e regional, em muitos casos, acabam tomando dimensão nacional e global.

É visando tal exercício que propomos a atividade em questão, pois com a elaboração dos seminários temáticos, pretendemos que os discentes em formação básica possam não só compreender as mudanças locais, regionais e nacionais a partir do contexto da mundialização, mas também verificar que esse processo não ocorre de forma dicotômica, e sim dialética, em um jogo de poder entre os atores envolvidos.

Dentre os temas selecionados para os seminários temáticos, como já citados, estão: o novo imperialismo americano, o Japão na nova ordem mundial, a globalização econômica, o reordenamento territorial na Europa e a China no contexto da globalização.

Após a escolha dos temas pelos grupos (formado, normalmente, por quatro discentes), estes em reunião com o professor da disciplina recebem a indicação de algumas bibliografias básicas referentes a cada tema. A partir de um primeiro contato com a bibliografia básica, uma das propostas é complementar a bibliografia. Após a leitura e sistematização das referências, realizamos colóquios para o esclarecimento de dúvidas sobre conceitos, teorias, enfim, pontos que o grupo ache necessário para melhor compreensão das leituras realizadas.

A próxima etapa passa a ser a organização da estrutura do seminário, que se divide em dois momentos.

O primeiro é a elaboração de um texto, no qual serão apresentados os aspectos centrais acerca do assunto em foco. Para isso, o grupo elabora um plano de redação prévia, discute com o professor e aí passa para a produção do texto. Após a sua versão final o texto é disponibilizado aos colegas com uma semana de antecedência para que os mesmos tomem contato com a discussão proposta pelo grupo.

A segunda etapa é a apresentação do tema em sala. As metodologias adotadas dependem do grupo, pois é proposta a liberdade de escolha dos recursos metodológicos, sendo utilizado geralmente painéis com fotos, figuras e mapas; trechos de filmes; letras de músicas; sistematização do assunto em lâmina para retroprojeter; Datashow, dentre outras. Alguns grupos estruturam a apresentação de modo mais formal, expositiva, outros buscam articular e dialogar mais com os colegas, propondo atividades de participação.

Ao término da apresentação dos grupos, dois por aula, busca-se fomentar o diálogo com a turma, sendo orientado e mediado pelo professor. Os responsáveis pela apresentação também realizam uma atividade avaliativa com os demais colegas, para complementar as discussões.

A avaliação pelo professor busca levar em consideração o trabalho realizado em grupo, bem como a participação individual. Certamente que o processo de avaliação não é um exercício simples, já que temos que partir do pressuposto que a avaliação não é do professor para o aluno, mas a reflexão avaliativa é da atividade realizada, por isso ambos devem se avaliar. Levando isso em consideração, busca-se considerá-la de forma processual e não pontual, ou seja, leva-se em questão: o interesse e participação dos membros do grupo nos colóquios para a elaboração do texto e da estrutura da apresentação; o texto final é avaliado, pois é necessário que o mesmo tenha fundamentação teórica e metodológica, coerência nos argumentos e discussões, sequência de ideias entre tópicos e sub-tópicos, assim como entre os parágrafos; que tenha uma introdução clara e objetiva; as considerações finais devem esboçar a importância do tema e da atividade realizada; e, por fim, referências que levem em conta várias fontes de consulta.

Quanto à apresentação em sala, o processo de avaliação busca levar em conta a clareza nas ideias expostas, coerência e fundamentação teórica; todos os membros do grupo devem participar da apresentação do tema, bem como, quando do debate devem procurar realizar uma arguição com segurança e clareza. Caso o grupo tenha dúvidas sobre os assuntos levantados para os debates (podendo não ter domínio teórico, por não ter sido objeto de estudo), o professor contribui para as discussões e leva o tema para reflexão com os demais colegas.

#### **4. DE QUE ENSINO DE GEOGRAFIA ESTAMOS FALANDO: ELEMENTOS PARA A REFLEXÃO**

À guisa de conclusões devemos esboçar que não pretendemos com este trabalho apresentar um receituário de como trabalhar alguns conceitos e temas nas aulas de geografia no processo de formação do discente, futuro professor. Tanto porque a prática educativa deve surgir da relação entre os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, sendo que para isso não existe uma fórmula pronta e acabada, e sim um processo construído diariamente.

Pensando nisso que consideramos de extrema importância possibilitar ao discente a construção de uma fundamentação teórico-metodológica que lhe permita romper com o raciocínio formal e começar a estruturar seu conhecimento alicerçado em um raciocínio

dialético. Este processo pode parecer fácil, mas para aqueles que lutam pela construção de um ensino de qualidade e com um compromisso social, sabe das dificuldades enfrentadas nas salas de aula do ensino superior brasileiro, que traz em suas estruturas, embora não seja uma regra, mas também não é uma exceção, um “nível” de ensino que deixa muito a desejar. E se isso não foi construído no Ensino Fundamental e Médio, algumas dificuldades básicas devem ser superadas na universidade, junto à formação profissional.

Assim, acreditamos que a formação básica em Geografia deve contemplar além de uma fundamentação teórico-metodológica, que prepare para interpretar as contradições espaciais da sociedade contemporânea, também possa possibilitar uma “pedagogia da autonomia”, para citar Freire (1999), que só pode surgir com o compromisso social, pois “não há docência sem discência”, “ensinar não é transferir conhecimento” e “ensinar é uma especificidade humana”, que exige comprometimento e saber que a educação é uma forma de intervenção no mundo.

## 5. REFERÊNCIAS

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 117-140.

CHESNAIS, François. O capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Globalização e socialismo**. São Paulo: Xamã, 1997. p. 07-33.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HAESBAERT, Rogério (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Estado, ideologia e poder. In: SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT; GASPER, 1999. p. 75-96.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Entre a idéia de território e a lógica da rede: desafios para o ensino de geografia. **Terra Livre**, Goiânia, ano 21, v. 1, n. 24, p. 13-28, jan./jun., 2005.